



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO  
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO  
II FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL DA CPLP**

**“O valor económico da Identidade Comum  
da Sociedade Civil da CPLP”**

**Salão Nobre do Ministério dos Negócios Estrangeiros e  
Cooperação, Díli  
17 de julho de 2015**



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Díli, Timor-Leste

Exmos. Senhores e Senhoras

Representantes da Sociedade Civil, das Organizações religiosas e das Organizações Não-Governamentais da CPLP

Exmo. Senhor

Diretor de Cooperação do Secretariado Executivo da CPLP

Exmos. Senhores e Senhoras

Delegados da CPLP

Senhoras e senhores,

Permitam-me começar por dizer que hoje estamos todos de parabéns! A nossa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa completa, precisamente hoje, o seu 19º aniversário. Há 19 anos que a CPLP tem vindo a juntar à mesa países irmãos, tornando-nos cada vez mais uma família. É, também, um dia de grande satisfação para Timor-Leste que, depois do Brasil em 2011, acolhe a segunda edição do Fórum da Sociedade Civil da CPLP.

Durante esta semana, reuniram-se em Díli representantes de entidades, organizações e movimentos sociais de todos os países da nossa Comunidade. Espero que os eventos culturais e os trabalhos em que participaram tenham sido palco de uma profícua partilha de experiências, ideias e sinergias que permitam reconhecer e elevar “O valor económico da Identidade Comum da Sociedade Civil da CPLP”, que é de resto o tema deste encontro.

No seio de cada um dos nossos países, os cidadãos no geral, as organizações da Sociedade Civil e as confissões religiosas, livres e apartidárias, devem ser chamados a trabalhar em estreita parceria com o Governo.

As organizações não-governamentais, as organizações laborais, os meios de comunicação social e outros representantes da Sociedade Civil desempenham um papel fundamental no acompanhamento da execução das políticas do Governo, contribuindo para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da sociedade.

A vitalidade da democracia é conseguida também pela participação das organizações da Sociedade Civil e pela promoção de uma sociedade plural, participativa, inclusiva e madura. A existência de uma sociedade civil dinâmica e diversificada é sinal de maturidade democrática, é um valor em si mesmo porque contribui sempre para a clarificação de ideias, fazendo avançar a sociedade.

Neste sentido, e sendo todos chamados a participar na transformação e construção dos nossos países, é premente agir com seriedade, responsabilidade e promover o diálogo franco entre Governo e Sociedade Civil. Só assim vamos conseguir encontrar uma forma de atuar mais responsável e que imprima benefícios para todos.

Encorajar a Sociedade Civil a ser mais dinâmica e forte na sua interação junto do Governo, do setor empresarial e das organizações internacionais, só beneficia o país e o povo. A Sociedade Civil pode ser um valioso parceiro do Governo, complementando as suas ações na prestação de serviços à população, mas também pode ter um papel de monitorização que conduz a uma reflexão sobre as atividades do Governo, permitindo o progresso social.

Em Timor-Leste temos noção da importância da Sociedade Civil para o desenvolvimento nacional. Antes mesmo de sermos independentes, já as organizações da Sociedade Civil foram fundamentais na luta pela libertação nacional. Por isso, todos os Governos têm contado com a participação ativa da Sociedade Civil e o VI Governo mantém o compromisso de trabalhar de perto com estas organizações.

Criámos já mecanismos de responsabilização e o próximo passo é envolver a Sociedade Civil e os cidadãos mais diretamente na supervisão e auditoria dos gastos do Governo, criando metodologias para a sua atuação.

Em abril deste ano, assinámos um acordo de financiamento com 20 organizações da Sociedade Civil com o objetivo de promover a sua participação em áreas multissetoriais, de forma a proporcionar um aumento do bem-estar da população. Este apoio tem de ser gerido de forma responsável de forma a ser traduzido em resultados benéficos para todos, resultados que sejam capazes de proporcionar melhor qualidade de vida ao povo.

Incentivámos, também, a Sociedade Civil a participar ativamente na ação governativa, criando o mecanismo conhecido como auditoria social, onde se pretende que haja uma análise rigorosa, isenta e responsável que conduza a uma melhoria da prestação de serviços.

Assim, o Governo encetou a promoção de auditorias sociais, tendo já começado a trabalhar com a Sociedade Civil. No mês de maio, assinámos um Memorando de Entendimento com a FONGTIL, representante das organizações da Sociedade Civil, incentivando-as a desenvolver um modelo de auditorias sociais, adequado ao nosso contexto e à nossa realidade. Apostámos em áreas prioritárias como a agricultura, educação, saúde e infraestruturas básicas, que são as que têm impacto no dia-a-dia da população, promovendo o envolvimento direto da Sociedade Civil na monitorização e acompanhamento das políticas e projetos do Governo. Por isso, necessitamos que as organizações da Sociedade Civil façam as suas análises, os seus comentários e as suas críticas construtivas e que haja um diálogo aberto entre ambas as partes.

Através das auditorias sociais, a sociedade civil e os cidadãos podem participar ativamente nas várias fases da elaboração de políticas, desde o seu desenvolvimento até à sua implementação, monitorização e avaliação. Isto permite que haja uma certificação de que os programas e as políticas, que se destinam a proporcionar à população mais e melhores serviços, respondem às suas necessidades de forma eficiente e eficaz.

Senhoras e senhores,

A nossa Comunidade tem proporcionado muitos e proveitosos encontros entre os nossos Estados e permitido que os governantes, num esforço coletivo, se preocupem em encontrar políticas que conduzam à construção de uma sociedade democrática e próspera para os nossos povos.

Mas há que vincar que a CPLP é também uma Comunidade de integração de povos, e que a Sociedade Civil é representada na esfera pública, fazendo assim salientar o seu papel democrático.

A sociedade civil da CPLP pode, assim, usufruir do valor que lhe confere a língua e os princípios partilhados para contribuir para aperfeiçoar a democracia no seio da Comunidade. Sem estar confinada a fronteiras, pode contribuir para a tomada de decisões na governação transnacional ou em organizações intergovernamentais.

Também as organizações da Sociedade Civil dos nove países, assim como a Sociedade Civil da CPLP como um todo, comungam da necessidade de harmonizar práticas e orientações. A partilha de visões e ações pode ser mutuamente benéfica, fortalecendo a Sociedade Civil da nossa Comunidade e contribuindo, deste modo, para uma crescente melhoria de vida no seio do seu território nacional.

O contributo que conferem para a consolidação da democracia nos seus países pode, e deve, também ser empregue nas preocupações sociais que afetam os países irmãos da CPLP, conduzindo a uma maior concertação entre Sociedade Civil e Governo.

A participação da Sociedade Civil da CPLP nos *Fora* regionais e internacionais, concorre para o reforço da CPLP, alargando a voz da CPLP a outras vozes que não exclusivamente a dos Estados e dos Governos. A participação da Sociedade Civil a este nível, permite revelar a pluralidade de ideias que compõem o espaço comum da CPLP, contribuindo assim para o reconhecimento do esforço de inclusão democrática desta organização nas comunidades regionais onde se inserem.

Durante estes dias em que decorreu o Fórum, houve oportunidade para debater temas do foro social e que muito contribuem para o desenvolvimento das nossas populações e dos nossos países. Explorar o potencial da língua portuguesa e da cultura para constituir parcerias socioeconómicas e culturais entre os nossos países e desenvolver projetos sustentáveis, é contribuir para maximizar o desenvolvimento educacional, social e económico da nossa população.

Há que considerar também que a promoção do intercâmbio cultural, profissional e económico da Sociedade Civil, através da inovação empresarial, formação de recursos humanos e interação sociocultural, traz efeitos positivos no desenvolvimento de cada nação da CPLP. Estas novas dinâmicas de empreendedorismo social, de inovação empresarial e de parcerias entre o setor privado e a Sociedade Civil, contribuem para que

estejamos melhor capacitados para encarar os desafios que enfrentamos, tais como o acesso à educação, o acesso à saúde, ou a luta contra a fome.

Senhoras e senhores,

Há não muitas horas assistimos à aprovação dos estatutos do Fórum da Sociedade Civil da CPLP e à eleição do Secretariado Permanente, constituído por Arsénio Pereira de Timor-Leste, Idalfredo Almeida de Cabo Verde, António Andrade de Portugal, Fernando Cupertino do Brasil e Saquina Mucavede de Moçambique, bem como do Conselho Fiscal com representantes de Angola, Cabo Verde e Portugal. Este foi um momento alto do evento e constituiu um passo crucial para o fortalecimento deste Fórum.

Tenho por certo que o resultado desta semana de trabalho vai impulsionar a realização de muitos encontros e parcerias e conferir à Sociedade Civil uma nova dinâmica na sua representatividade e no seu papel na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no contexto da globalização da economia social e cultural para o bem-estar das nossas comunidades.

A participação dos cidadãos e o trabalho em conjunto é um benefício que recai sobre todos.

Resta-me agradecer uma vez mais os vossos contributos, a vossa participação, e desejar a todos os que vão regressar a casa, uma boa viagem!

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo  
17 de julho de 2015